

E no cu do mundo?: estudos e ativismos *queer* no Brasil

MAITHÊ POTRICH

*

Resumo: A teoria do cu inaugura uma nova tradição para os saberes situados no Sul ao mesmo tempo em que serve de tradução para o *queer*. Por esse motivo, localizo o presente artigo nas produções teóricas *queer* e decolonial. Seu objetivo principal é oferecer uma rota para a compreensão do progresso dos estudos e dos ativismos *queer* situados no Brasil desde a primeira década do século XXI até o seu giro decolonial. Trata-se de uma revisão bibliográfica apresentada em duas etapas: (i) perspectiva global sobre o tema e (ii) agenda de pesquisa brasileira. Buscou-se esclarecer a importância de fixar o *queer* nas Ciências Sociais para construir saberes subalternos hábeis a inflar os pulmões de quem grita pela subversão das estruturas de hegemonia e normalização.

Palavras-chave: Decolonial; Cuir; Sociologia; Subalternidade; Cu.

And in the cu of the world?: queer studies and activities in Brazil

Abstract: The cu theory inaugurates a new tradition for knowledge located in the South at the same time that it serves as a translation for *queer*. For this reason, I locate this article in *queer* and decolonial theoretical productions. Its main objective is to offer a path to understand the progress of *queer* studies and activism located in Brazil from the first decade of the 21st century to its decolonial turn. This is a bibliographic review presented in two stages: (i) global perspective on the subject and (ii) Brazilian research agenda. We sought to clarify the importance of establishing queerness in the Social Sciences in order to build subaltern knowledge capable of inflating the lungs of those who cry out for the subversion of structures of hegemony and normalization.

Key words: Decolonial; Cuir; Sociology; Subalternity, Cu.



* MAITHÊ POTRICH é Mestranda em Sociologia na Universidade Estadual de Londrina (UEL). Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Desenvolve pesquisas sobre movimentos sociais, participação e representação política. E-mail: maithepotrich@gmail.com

1. Desconstruções preliminares

Para o sociólogo pós-colonial e porto-riquenho Ramón Grosfoguel (2009), a filosofia e as ciências ocidentais desvinculam o lugar epistêmico étnico-racial/sexual/de gênero do seu sujeito enunciativo, de modo a criar o mito de um conhecimento universal e verdadeiro que obscurece as estruturas de poder/conhecimento inerentes à colonialidade. Nas palavras da teórica indiana Gayatri Spivak (2010), os saberes originados fora do cânone ocidental experimentam a “violência epistêmica” do imperialismo e da divisão internacional do trabalho. Essa violência acaba por desqualificar os conhecimentos e as interpretações de mundo dos/as colonizados/as, roubando-lhes a sua capacidade de enunciação (Costa, 2006).

Nos termos da epistemologia ocidental, “nós, brasileiros e latinos em geral, somos @s atrasad@s, em contraste com o avanço ocidental e, por isso, dependentes; @s fei@s, porque demasiadamente racializad@s, frente à não raça branca” (Pelúcio, 2012, p. 400). Daí o esforço de um grupo de intelectuais latino-americanos em construir a teoria crítica do Sul Global, ou, como sugere o título desse artigo, a teoria do cu.

A antropóloga brasileira Larissa Pelúcio faz uma metáfora anatômica para desenhar a ordem política que determina os territórios autorizados a produzir o conhecimento:

Na geografia anatomizada do mundo, nós nos referimos muitas vezes ao nosso lugar de origem como

sendo “cu do mundo”, ou fomos sendo sistematicamente localizados nesses confins periféricos e, de certa forma, acabamos reconhecendo essa geografia como legítima. E se o mundo tem cu é porque tem também uma cabeça. Uma cabeça pensante, que fica acima, ao norte, como convém às cabeças. (Pelúcio, 2016, p. 123).

Na verdade, a teoria do cu inaugura uma nova tradição para os saberes situados no Sul ao mesmo tempo em que serve de tradução para o *queer*. Por esse motivo, localizo o presente artigo nas produções teóricas *queer* e decolonial.

Os estudos *queer* e decoloniais¹ investem em práticas de desconstrução das hierarquias de poder e reivindicam a capacidade de agência e enunciação das pessoas marginalizadas. Eles confrontam as narrativas hegemônicas e sugerem novos horizontes de ação política. A princípio, a aproximação do Brasil em direção aos achados teóricos e conceituais do *queer* era orientada mais a sua aplicação do que a sua exploração com vistas à criação de novas teorias. Esse quadro, porém, não persistiu ao aperfeiçoamento dos campos de estudos sobre gênero e sexualidade.

Nesse artigo, pretendo oferecer uma rota para a compreensão do progresso dos estudos e dos ativismos *queer* situados no Brasil desde a primeira década do século XXI. Trata-se de uma revisão bibliográfica que será apresentada em 2 etapas. Primeiro, mostrarei, numa perspectiva global, as contribuições de autores/as filiados/as às teorias *queer* e

modernidade em negar a existência de saberes e corpos não-europeus. A decolonialidade, por outro lado, critica as categorias que operam a construção de mundos subalternos. Ela é epistemologia e práxis orientadas para a investigação e ruptura dos efeitos da colonialidade e do eurocentrismo.

¹ Compreendo a decolonialidade de acordo com os feminismos subalternos de Françoise Vergès (2020) e Maria Lugones (2014). O termo colonialidade diz respeito ao modo como o complexo racismo/sexismo/eticismo impregnou as relações de dominação mesmo após as lutas por libertação nacional das antigas colônias. Em outras palavras, trata-se do esforço da

decoloniais. Feito isso, vamos compreender como os estudos e ativismos *queer* são incorporados à agenda de pesquisa brasileira, sobretudo no âmbito das Ciências Sociais. Nas considerações finais, os efeitos dessa incorporação serão descritos em maior detalhe ao mesmo tempo que serão apontados os problemas sobre os quais esse campo de estudos tem se debruçado no tempo presente.

2. O *queer* e o decolonial: origens e aproximações

O *queer* estreia nas ruas antes do que nas academias. Trata-se, na verdade, de um exemplo em que o ativismo abre as portas para a teoria. Os primeiros registros do ativismo *queer* são dos Estados Unidos e datam da década de 1980. Historicamente, grupos LGBTfóbicos atribuíam à palavra *queer* um tom pejorativo para se referir a corpos e identidades sexuais dissidentes. Entretanto, naquele período, os movimentos de gays, lésbicas, trans e travestis transformaram o seu significado e fizeram do termo *queer* uma identidade política. De acordo com o sociólogo brasileiro Richard Miskolci (2009, p.151), “a escolha do termo *queer* para se autodenominar, ou seja, um xingamento que denotava anormalidade, perversão e desvio, servia para destacar o compromisso em desenvolver uma analítica da normalização (...)”.

A primeira teórica a se dizer *queer* numa obra acadêmica foi Gloria Anzaldúa (1942-2004). De ascendência mexicana, a autora viveu no sul do Texas, na fronteira entre Estados Unidos e México – experiência que marcou,

deliberadamente, a sua produção intelectual. No livro *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*, publicado pela primeira vez em 1987, Anzaldúa explora as nuances de uma vida em espaços fronteiriços numa análise interdisciplinar que mescla elementos das teorias feministas, *queer* e decoloniais. Ela afirma:

eu fiz a escolha de ser *queer* (para alguns é geneticamente inerente). É um caminho interessante, que sempre entra e sai do branco, do católico, do mexicano, do indígena, dos instintos. Dentro e fora da minha cabeça (...) É um caminho de conhecimento – de conhecer (e aprender) a história de opressão de nossa raça. É uma forma de equilibrar, de atenuar a dualidade (Anzaldúa, 1999, p.30)

Em outro texto, Anzaldúa (2005) se debruça sobre a situação das mulheres mestiças, que ocupam um entre-lugar no cerne das culturas que as atravessam. Para a autora, essas mulheres estariam caminhando rumo à uma nova consciência, ampla e inclusiva. Em outras palavras, há o esforço em sintetizar suas experiências numa fórmula que transpõe as barreiras dos seus elementos originários - e isso exige a ruptura consciente com todas as tradições opressivas de todas as culturas e religiões.

Para aprofundar esse argumento, Anzaldúa investe numa interpretação multidimensional sobre as categorias de raça, nacionalidade, sexualidade, gênero e classe². A propósito, todas elas se encontram no *queer*:

² A abordagem multidimensional ganha abrigo no conceito de interseccionalidade, cuja gênese é atribuída ao feminismo negro. Trata-se de uma conceituação que serve de guarda-chuva teórico para as produções que examinam as interações entre patriarcalismo, opressões de classe e outros

sistemas discriminatórios na criação das desigualdades de gênero, raça, classe e outras (Crenshaw, 2002). Para Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade é, também, um conjunto de estratégias orientadas para a eliminação das desigualdades sociais.

Por serem os/ as maiores cruzadores/as de fronteiras, os/as homossexuais têm laços fortes com os *queer* brancos, negros, asiáticos, ameríndios, latinos, e com os *queers* na Itália, na Austrália, e no resto do planeta. Vimos em todas as cores, todas as classes, todas as raças, todas as épocas. Nosso papel é o de conectar as pessoas entre si – os/as negros/as com os/ as judeus/ias com os/as índios/as com os/as asiáticos/as com os/as brancos/as com os/as extraterrestres. Isso é transferir ideias e informação de uma cultura para outra (Anzaldúa, 2005, p. 711-12).

Diagnóstico semelhante é apresentado por Fatima El Tayeb, alemã diaspórica e professora na Universidade Califórnia, no livro *European Others: Queering Ethnicity in Postnational Europe*, publicado pela primeira vez no ano de 2011. Para a autora, o termo *queer* não deve ser compreendido, apenas, como sinônimo de homossexual,

mas faz referência a processos de construção de comportamentos e populações normativos e não normativos. A interação de raça, classe e gênero nas construções de sexualidades desviantes cria agrupamentos e hierarquias mais complicadas do que a simples dicotomia homossexual versus heterossexual sugere, *queer*, portanto, também pode se opor às formações homonormativas (El Tayeb, 2011, p. 35, tradução nossa).

A compreensão do *queer* como um conector entre outras identidades políticas marginalizadas repercute na proposta de Paul Preciado para defini-lo em termos de “multidões” ao invés de “ser”. O autor é de origem espanhola e seus trabalhos circulam entre estudos

sobre gênero, teoria *queer* e filosofia política. Em resumo, Preciado (2011) busca superar a concepção foucaultiana de poder³ - em que o biopoder produz as disciplinas de normalização e determina as formas de subjetivação - em direção a uma compreensão dos corpos e das identidades anormais como potências políticas. Desse modo, o gênero seria o conjunto de dispositivos sexopolíticos (medicina, representação pornográfica, instituições familiares, entre outros) reapropriados pelas minorias sexuais.

Para Preciado (2020), os grupos minoritários não recebem essa classificação por sua inferioridade numérica, mas porque são minorias político-visuais. Com efeito, a união dessas minorias constitui a multidão *queer*. Entre suas estratégias políticas, está a transformação de identificações negativas e pejorativas em lugares de produção das identidades resistentes à normalização. Assim, conforme se opõem ao esforço universalizante de construção de sujeitos unitários, as teorias *queer* e decolonial afirmam a existência de uma “multidão de diferenças, uma transversalidade de relações de poder, uma diversidade de potências de vida” (Preciado, 2011, p.17). De modo geral, essa perspectiva vai de encontro aos regimes de representação política e aos sistemas de produção científica dos normais.

Aliás, as pessoas que fogem dos padrões normalizados pelas sociedades ocidentais recebem o tratamento de “seres-abjetos”, conceito que foi elaborado pela filósofa estadunidense Judith Butler para descrever a situação de quem escapa das normas binárias de gênero. Este é “uma identidade construída, uma realização performativa na qual a plateia social

³ FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

cotidiana, incluindo os próprios atores, vem a acreditar, além de performar como uma crença” (Butler, 1988, p.03). Em outras palavras, o gênero é uma construção cultural ficcional regulada por punições e aqueles que se desviam das performances de gênero autorizadas experimentam a condição de "seres abjetos". O abjeto refere-se, portanto, às áreas

não-visíveis” e “inabitáveis” da vida social que, não obstante, são densamente povoadas por aqueles que não alcançam o estatuto de sujeito, mas cujo viver sob o signo do “inabitável” é necessário para circunscrever o domínio do sujeito (Butler, 2019, p. 22).

Em linhas gerais, a tarefa da teoria *queer* era “pensar em como as margens são constituídas, como chegam a ser fixadas como lugares perigosos habitados por pessoas desprezíveis, muito mais do que aceitar o lugar de minorias” (Pelúcio, 2014, p. 8). Desafio parecido é enfrentado pelos estudos decoloniais. Estes se desvinculam da lógica restritiva de um único mundo possível para acolher a diversidade de caminhos, saberes e vozes que se apresentam. É, sobretudo, a luta pelo direito à diferença e a abertura para um pensamento-outro (Suess; Silva, 2019).

3. Teoria do *cu/queer/cuir*

Na contramão do seu referente estadunidense, a academia brasileira incorpora o *queer* antes do que os movimentos sociais. Diga-se de passagem, o texto a que se atribui a faixa inaugural dessa teoria no Brasil é de autoria da professora Guacira Lopes Louro. Publicado em 2001 na Revista Estudos Feministas, o artigo *Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação* ofereceu uma prévia do contexto que se formara naquela época:

O grande desafio não é apenas assumir que as posições de gênero e sexuais se multiplicaram e, então, que é impossível lidar com elas apoiadas em esquemas binários; mas também admitir que as fronteiras vêm sendo constantemente atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é exatamente a fronteira (Louro, 2001, p. 542).

A vida na fronteira - numa perspectiva próxima a de Anzaldúa - é uma vida precária, que se constitui pelas experiências social e subjetiva da abjeção. A noção de vidas precárias, conforme delineada por Butler, refere-se às experiências de vida marcadas por um processo de socialização marginalizado. Em termos mais claros, as vidas precárias são daqueles que aprenderam a se perceber a partir do desprezo por estarem sob suspeita ou por serem comprovadamente indivíduos fora das normas heterossexuais (Miskolci, 2010). O desafio de viver numa ordem heteronormativa é perene. Para o autor (Miskolci, 2010), os homossexuais são pressionados a vestir a estética heterossexual, de modo a transferir o estigma para aqueles que rejeitam as convenções de gênero. Por esse motivo, pessoas transgênero, travestis e homossexuais femininos estão mais vulneráveis às violências.

Pouco tempo após a publicação do texto de Louro, a socióloga brasileira Berenice Bento defendeu sua tese de doutorado sob o título *A (re) invenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Este trabalho - que investiga as histórias de vida de pessoas que modificaram seus corpos em busca do reconhecimento de si e de fazer-se real - sugere explicar a experiência transexual com base nas “articulações históricas e sociais que produzem os corpos-

sexuados e que têm na heterossexualidade a matriz que confere inteligibilidade aos gêneros” (Bento, 2006, p. 20). A conclusão encontrada pela autora é de que não há um processo específico para a criação das identidades de gênero das pessoas transexuais. Em outras palavras, o *queer* radicaliza o feminismo ao ampliar as vozes e permitir que indivíduos como travestis, *drag queens*, *drag kings*, transexuais, lésbicas, gays e bissexuais sejam reconhecidos como sujeitos que constroem suas identidades por meio dos mesmos processos utilizados por aqueles que são socialmente considerados “normais” (Bento, 2006).

Às publicações dos trabalhos de Louro e Bento, seguiram-se outras. No ano de 2007, a revista *Cadernos Pagu*, vinculada ao núcleo de estudos de gênero da Universidade de Campinas (UNICAMP), organizou o dossiê *Sexualidades Disparatas*. Há variadas interpretações sobre o que são a prática, a teoria e a política *queer*. No artigo de apresentação do dossiê, Miskolci e Simões sugerem uma explicação. Para eles, o *queer* desafia

os conhecimentos que constroem os sujeitos como sexuados e marcados pelo gênero, e que assumem a heterossexualidade ou a homossexualidade como categorias que definiriam a verdade sobre eles. De modo geral, o sistema moderno da sexualidade é encarado, da perspectiva *queer*, como um conjunto de saberes e práticas que estrutura a vida institucional e cultural de nosso tempo (Miskolci; Simões, 2007).

Na verdade, no interior das Ciências Sociais, o primeiro desafio do *queer* é oferecido à própria Sociologia. Até a década de 1990, embora compreendessem a sexualidade como uma construção social e histórica, as investigações sociológicas construíam as realidades sociais em bases heterossexistas (Miskolci, 2009). Esses princípios teóricos-metodológicos não demoraram a ser confrontados pela teoria *queer*, que tinha outras preocupações: os processos de normalização e de construção da hegemonia.

Daí recorda-se a afirmação categórica de El Tayeb sobre o *queer* não ser sinônimo de homossexual e, na verdade, contrapor-se à homonormatividade e às identidades essencializantes por ela construídas. A propósito, esse impasse recebe tons próprios no caso brasileiro. Em *Quatro dicas preliminares para transar a genealogia do queer no Brasil*, o professor Leandro Colling (2015) sugere a importância de contextualizar o *queer* na realidade brasileira e, principalmente, fazê-lo numa articulação com as lutas sociais e políticas nas quais os movimentos LGBTI+ estão engajados.

Desse modo: o movimento LGBTI+⁴ surgiu como movimento social organizado na década de 1970 e, no seio do processo de democratização, construiu oportunidades para institucionalizar sua agenda. Historicamente, a atuação desse movimento é caracterizada nas interações estabelecidas com o Estado e que resultaram em políticas públicas de combate à AIDS e à homofobia, esta em 2004. Entretanto, a reconfiguração das relações entre esses atores no decorrer

⁴ Desde sua criação, o movimento se transformou no esforço de incluir novas identidades dissidentes ao seu corpo. Por esse motivo, ele recebeu mais de uma sigla ao longo da sua história. Primeiro, era Movimento GLS (gays, lésbicas e simpatizantes), até a inclusão das

pessoas bissexuais nos anos 2000. Depois disso, tornou-se LGBT (gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais) até chegar a sua forma mais recente: LGBTI+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexo e mais).

dos anos 2000 gerou efeitos disruptivos no interior do movimento social e forjou alteridades: “alguns ativistas que se auto-intitulam identitários buscam unir forças criando este Outro que chamam de “os *queer*”” (Miskolci, 2010, p. 60).

Entretanto, essa divisão pode ser explicada em outros termos. De um lado, aqueles que têm medo de perder a hegemonia que fixaram no movimento desde sua gênese, de outro, os recém-chegados. Outra leitura ainda é válida: os identitários são defensores da parceria com o Estado, ao passo que “os *queer*” são críticos a ela ao mesmo tempo em que constroem a essencialização levada a cabo pelos primeiros. Em síntese, há um “dilema entre assimilação via normalização ou aceitação pelo reconhecimento das diferenças (...)” (Miskolci, 2010, p. 59). Não por acaso, a teoria *queer* é uma teoria de combate e uma nova política de gênero.

Para Pelúcio (2014, p. 07), a teoria *queer* é “espaço de luta política, uma arena de embate de ideias que procuram enfrentar a naturalização de uma série de opressões”. No texto *Queer o quê? Ativismo e estudos transviados*, Bento dirá que os eixos desse enfrentamento são múltiplos e passam pela

- 1) desnaturalização das bioidentidades (coletivas e individuais);
- 2) ênfase nas relações de poder para interpretar as estruturas subjetivas e objetivas da vida social;
- 3) a permanente problematização das binariedades;
- 4) prioridade à dimensão da agência humana;
- 5) crítica ao binarismo de gênero (masculino versus feminino) e sexual (heterossexual versus homossexual) (Bento, 2014, não p.)

Aos dossiês e artigos científicos que adensam a biblioteca brasileira dos estudos *queer*, acrescentam-se livros organizados por pesquisadores e

pesquisadoras que dedicaram-se à teoria *queer* lá nos anos 2000. Em parceria, Miskolci e Pelúcio editaram o livro *Discursos fora da ordem: Sexualidade, saberes e direitos*, que foi publicado pela primeira vez em 2012. O objetivo da coletânea - originada dos debates assistidos no Seminário Internacional Sexualidades, Saberes e Direitos, realizado em 2010 na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - era compreender os processos contemporâneos de constituição do hegemônico e do subalterno. Nas palavras de Miskolci e Pelúcio (2012, p. 23), o livro circula “pela forma como os saberes e as práticas constituem corpos e identidades normalizados/as por meio da invenção de corpos e subjetividades inconvenientes”.

Num período próximo ao do Seminário que inspirou os capítulos da coletânea, as universidades brasileiras sediaram outros eventos científicos da mesma natureza, entre eles: o Seminário Enlaçando Sexualidades e o Seminário Internacional Desfazendo Gênero.

A segunda edição do "Enlaçando Sexualidades" foi realizada na cidade de Salvador em 2011. A mais recente data de 2017 e tem o mesmo endereço. Na primeira ocasião, a proposta do evento era valorizar abordagens interdisciplinares a respeito do tema da sexualidade a partir de enlaces sobre direito, relações étnico-raciais, educação, trabalho, cultura, reprodução, diversidade sexual e comunicação. Nos anos posteriores, o desafio tornou-se outro: defender os conhecimentos construídos por essa agenda de pesquisa. Parte dos artigos que circularam pelo evento durante a sua primeira década de existência viram-se reunidos no livro *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero*,

organizado por Suely Messeder, Mary Garcia Castro e Laura Moutinho.

Na introdução, Messeder (2016, p.12) vê no corpo o ponto de partida para a produção científica e celebra a ciência produzida por corpos trans e racializados:

E somos nós que nos arvoramos a fazer ciência? Nós, os destituídos de uma razão pura. Nós, que somos a morada do nosso corpo-mente e mente-corpo, e não queremos negá-los como foi falsamente negado. Nós, exatamente os imorais destituídos das relações simbólicas positivas. (...) Nós, os condenados da terra e, certamente, nós, que devemos nos interpelar sobre como reagimos/agimos aos tentáculos da Ciência do Norte.

Sobre as epistemologias hegemônicas, que tomaram para si a propriedade de uma verdade universal, o professor Fernando Pocahy (2016) dirá que é princípio ético, prático e metodológico da teoria *queer* desconstruí-las.

O Seminário Internacional Desfazendo Gênero foi criado para tornar-se lócus de realização dessa tarefa. Sua primeira edição aconteceu na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) em 2013. Trata-se de uma oportunidade para colocar em interação os estudos da subalternidade, *queer* e decoloniais. No ano de 2015, data do segundo seminário, o tema principal eram os ativismos das dissidências sexuais e de gênero. Ganha importância a ideia de que ciência, ativismo e política são práticas que constroem-se uma à outra.

De 2010 em diante, a teoria *queer* experimentou um giro decolonial no Brasil. As chamadas teorias *queer of colour* interpretam as práticas *queer* como experiências culturais subalternas (Bandeira, 2019). Elas receberam tratamento especial no artigo *Descolonizar a sexualidade: Teoria*

Queer of Colour e trânsitos para o Sul, escrito por Caterina Alessandra Rea e Izzie Madalena Santos Amancio e publicado na revista *Cadernos Pagu* em 2018. Nas palavras das autoras, a teoria *queer* é um lugar de subalternidade que ganha novos significados nas experiências culturais anti-hegemônicas, que confrontam a sociedade normativa e as suas múltiplas modalidades de opressão. Desse modo, em concordância com a estratégia das “multidões *queer*” descrita por Preciado, as autoras argumentam que “a teoria *queer* baseia-se na politização da dissidência sexual e das sexualidades contra-hegemônicas e defende uma política das identidades não essencializadas” (Rea; Amancio, 2018, p.04).

A raça e a colonialidade são, com mais força, incorporadas aos estudos da teoria *queer of colour* como eixos de opressão e relações de poder relevantes para a crítica. A propósito, os debates sobre o nome da teoria, propriamente dita, parecem ter sido ativados nos termos descritos por Pelúcio (2014, p.04):

(...) português “*queer*” nada quer dizer ao senso comum. Quando pronunciado em ambiente acadêmico não fere o ouvido de ninguém, ao contrário, soa suave (cuier), quase um afago, nunca uma ofensa. Não há rubores nas faces nem vozes embargadas quando em um congresso científico lemos, escrevemos ou pronunciamos *queer*. Assim, o desconforto que o termo causa em países de língua inglesa se dissolve aqui na maciez das vogais que nós brasileiros insistimos em colocar por toda parte. De maneira que a intenção inaugural desta vertente teórica norte-americana, de se apropriar de um termo desqualificador para politizá-lo, perdeu-se no Brasil.

Um exemplo mais recente dessa guinada é o livro *Não vão nos matar agora*, que

foi publicado em 2022 e deve sua autoria à artista Jota Mombaça. As discussões feitas por Mombaça em cada um dos seus ensaios oferecem acréscimos aos temas explorados pela teoria *queer* de outrora e descritos no presente artigo. A novidade está na análise interseccional que ela imprime sobre eles e é ilustrada na sua crítica ao movimento LGBTI+. Para Mombaça (2022, p. 68), investir em estruturas normativas

como fonte de governo e segurança para as comunidades agrupadas em torno da sigla LGBTIA+ é um sinal evidente da falta de imaginação política interseccional desses ativismos, que estão limitados a lutar no interior do projeto de mundo do qual temos sido reiteradamente excluídas.

Daí, também, a necessidade de orientar os trabalhos “cuir”⁵ e negro na destruição das obras de poder, não para recriá-las em outros lugares, mas para destruí-las continuamente.

4. E agora?

O percurso de aprendizado feito até aqui abrange um intervalo de, no mínimo, 20 anos. A cada transformação experimentada nos contextos político, cultural e social, que desenharam a história brasileira nesse período, a teoria *queer* também se transformava: seja pelos novos desafios contra os quais se deparava, seja pelas reinvenções teóricas, metodológicas e práticas criadas para a realidade do cu do mundo.

Nos últimos anos a produção acadêmica e ativista popularizam a teoria *queer*. Se, a princípio, o *queer* bateu às portas da academia antes de pisar nas ruas, agora ele está nas ruas, na arte e na linguagem. De acordo com Bandeira (2019, p.22), as arenas de debate “outrora confinadas a

um campo restrito e disciplinar, vêm se ampliando e novas vozes estão surgindo no cenário brasileiro, com uma produção criativa, provocativa e multiárea”. Entretanto, não faltaram esforços para silenciá-las. Desde 2015, têm-se amplificado no Brasil as vozes do conservadorismo e da extrema-direita, que insistiram em gritar mais alto do que as vozes feministas, negras, *queer* e outras.

Desse esforço colheram-se frutos: em 2018 Jair Bolsonaro tornou-se o porta-voz da extrema direita na Presidência da República, ao mesmo tempo em que outros e outras o fizeram nas casas legislativas, nas igrejas, nas escolas e em outros lugares. Embora essas vozes tenham sido abafadas nas urnas por ocasião das eleições de 2023, não se deve perder de vista as sequelas que seus gritos deixaram. Por esse motivo, reitera-se a importância de fixar o *queer* nas Ciências Sociais, especialmente na Sociologia: para construir e reiterar saberes subalternos hábeis a inflar os pulmões de quem grita pela subversão das estruturas de hegemonia e normalização.

Referências

- ANZALDÚA, G. *Borderlands/La Frontera: The New Mestiza*. San Francisco: Aunt Lute Books, 5ed, 1999.
- ANZALDÚA, G. La conciencia de la mestiza: rumbo a una nova consciência. *Revista estudos feministas*, v. 13, p. 704-719, 2005.
- BANDEIRA, A. M. A teoria queer em uma perspectiva brasileira: escritos para tempos de incertezas. *Revista Arqueologia Pública*, v. 13, n. 1 [22], p. 34-53, 2019.
- BENTO, B. Queer o quê? Ativismo e estudos transviados. *Revista Cult*, São Paulo, v. 14, n. 08, não p., 14 ago. 2014. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/queer-o-que-ativismo-e-estudos-transviados-193-ago2014/> . Acesso em: 17 mai. 2023.

⁵ No livro *Não vão nos matar agora*, Jota Mombaça emprega o termo “cuir” como uma

alternativa ao seu referente na língua inglesa, o *queer*.

- BENTO, B. **A reinvenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2006.
- BUTLER, J. **Os atos performativos e a constituição do gênero:** um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. São Paulo: Chão da Feira, 1988.
- BUTLER, J. **Corpos Que Importam:** os limites discursivos do "sexo". São Paulo: n-1 edições, 2019.
- COLLING, L. Quatro dicas preliminares para transar a genealogia do queer no Brasil. In: BENTO, B.; FÉLIX-SILVA, A. V. **Desfazendo gênero:** subjetividade, cidadania, transfeminismo. Natal: EDUFRN, 2015.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.
- COSTA, S. Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 21, p. 117-134, 2006.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista estudos feministas**, v. 10, p. 171-188, 2002.
- EL TAYEB, F. **European others:** Queering ethnicity in postnational Europe. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011.
- GROSFUGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Periferia**, v. 1, n. 2, 2009.
- LOURO, G. L. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista estudos feministas**, v. 9, p. 541-553, 2001.
- LUGONES, M. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.
- MESSEDER, S. Introdução. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M. G.; MOUTINHO, L. (org.). **Enlaçando sexualidades:** uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016.
- MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, 2009.
- MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. (org.). **Discursos fora de ordem:** sexualidades, saberes e direitos. São Paulo: Fapesp, 2012. p. 09-25.
- MISKOLCI, R.; SIMÕES, J. A. Apresentação do Dossiê Sexualidades Disparatas. **Cadernos Pagu**, n. 28, 2007.
- MISKOLCI, R. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política queer. In: SOUZA, L. A.; SABATINE, T. T.; MAGALHÃES, B. R. (org.). **Michel Foucault:** sexualidade, corpo e direito. Marília: Oficina Universitária, 2010. p. 47-68.
- MOMBAÇA, J. **Não vão nos matar agora.** Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2022.
- PELÚCIO, L. Subalterno quem, cara pálida? Apontamentos às margens sobre pós-colonialismos, feminismos e estudos queer. **Contemporânea**, v. 2, n. 2, p. 395-395, 2012.
- PELÚCIO, L. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 1, p. 68-91, 2014.
- PELÚCIO, L. O cu (de) Preciado—estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. **Iberic@ I**, n. 9, p. 123-136, 2016.
- POCAHY, F. (Micro) políticas queer: dissidências em pesquisa. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M. G.; MOUTINHO, L. (org.). **Enlaçando sexualidades:** uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero. Salvador: EDUFBA, 2016.
- PRECIADO, P. Multidões queer: notas para uma política dos " anormais". **Revista Estudos Feministas**, v. 19, p. 11-20, 2011.
- PRECIADO, P. **Um apartamento em Urano:** crônicas da travessia. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- REA, C. A.; AMANCIO, I. S. Descolonizar a sexualidade: Teoria Queer of Colour e trânsitos para o Sul. **Cadernos Pagu**, 2018.
- SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?.** Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- SUESS, R. C.; SILVA, A. de S. A perspectiva decolonial e a (re) leitura dos conceitos geográficos no ensino de geografia. **Geografia Ensino & Pesquisa**, p. e7-e7, 2019.
- VERGÈS, F. **Um feminismo decolonial.** São Paulo: Ubu Editora, 2020.

Recebido em 2023-06-27
Publicado em 2023-12-01